



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICATU

CNPJ: 05.296.298/0001-42  
Rua Coronel Cortez Maciel, s/n. Centro, Icatu – MA



**CONTRATO Nº 003.2021.0713.2021.**

Pregão Presencial N.º 011/2021.  
PROCESSO N.º 0713/2021.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO A EMPRESA SONIA MARIA ASSAD MARTINS – ME, E DO OUTRO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – MA.

A **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.589.442/0001-86, com sede na Rua Coronel Cortez Maciel, s/n, Icatu, neste ato, representada por Jackson Gonçalves Cantanhêde, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 844.626.043-34, RG nº 88427198-6, residente e domiciliado, na Rua A, nº 29, Residencial Juncal, nesta cidade, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa SONIA MARIA ASSAD MARTINS – ME, inscrita no CNPJ sob o número 41.501.537/0001-12, localizado à Rua Monte Alverne nº 08 - Vila Passos- Centro- São Luís/MA, neste ato representada pelo(a) senhor(a) Sônia Maria Assad Martins, portador(a) da Cédula de Identidade nº 024148 82003-3 e CPF nº 375.654.603-97, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de malharia com fornecimento de materiais de confecção a fim de atender as necessidades das diversas Secretarias Municipais do Município de Icatu-MA, em regime de empreitada por preço unitário, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o Pregão Presencial que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	COTA	Und.	Quantidade (Educação)	VALOR (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	EMPRESA
2	SHORT - EDUCAÇÃO INFANTIL em Malharia 100% poliéster, gramatura 10g/m <sup>2</sup> , com 10cm, contendo a logomarca do município. Na cintura 4 (quatro) costura com cós lasticado industrial, para o short, short acabamento em bainha com máquina de costura duas agulhas. A saia com silk (policromia).	EXCLUSIVA	UND	1000	R\$25,50	R\$25.500,00	ASSAD
3	CAMISA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL Malharia PP Poliviscose: 67% poliéster, 33% viscose, na cor branca com detalhes de duas linhas na lateral, com mangas curtas, gola careca, na parte esquerda a logomarca (9cm de altura x 7cm de largura).	EXCLUSIVA	UND	2900	R\$23,70	R\$68.730,00	ASSAD
TOTAL						R\$94.230,00	

Entidade: Secretaria Municipal de Educação

Atividade: 1.361.0120.2023.0000 – Manutenção da Secretaria de Educação

Natureza: 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros Pessoa Juridica

SubElemento: 70 – Confecção de Uniformes, Bandeiras e Flamulas

Fonte de Recurso: 0.1.01

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E INÍCIO:**



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICATU

CNPJ: 05.296.298/0001-42  
Rua Coronel Cortez Maciel, s/n. Centro, Icatu – MA



O período de vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021 com início na data de sua assinatura.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA:**

Não será exigida para esta contratação.

**CLÁUSULA QUARTA - DA GESTÃO DO CONTRATO:**

A gestão deste Contrato será feita:

4.1. Por parte da CONTRATANTE:

SECRETARIO: Secretaria Municipal de Educação;  
NOME DO REPRESENTANTE: Jackson Gonçalves Cantanhêde;  
FISCAL(ES) DO CONTRATO: Luis Claudio Sousa Silva, CPF: 450.056.483-72 (Secretaria M. de Educação).

4.2. Por parte da CONTRATADA:

EMPRESA: SÔNIA MARIA ASSAD MARTINS – ME;  
NOME DO REPRESENTANTE: Sônia Maria Assad Martins;  
ENDEREÇO PROFISSIONAL DA CONTRATADA: Rua Monte Alverne nº 08 - Vila Passos- Centro- São Luís/MA.

**CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR:** O valor global do presente instrumento é de R\$ 94.230,00 (noventa e quatro mil, duzentos e trinta reais) para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer da prestação do serviço, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

- a) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não apresentação da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

*(Handwritten signatures)*



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICATU

CNPJ: 05.296.298/0001-42

Rua Coronel Cortez Maciel, s/n. Centro, Icatu – MA



6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará a ocorrência à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal e a Procuradoria Geral no caso de CND relativa aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o serviço seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o serviço será considerado como não prestado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local do serviço definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não aceitará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICATU

CNPJ: 05.296.298/0001-42

Rua Coronel Cortez Maciel, s/n. Centro, Icatu – MA



**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:** Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades: admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

- a) advertência;
- b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
- c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.

§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:**

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:

- a) o não cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
- b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- c) atraso injustificado na execução do serviço;
- d) paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- e) não manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
- f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
- h) subcontratação parcial do objeto deste Contrato, quando prevista em edital, associação da CONTRATADA com outrem, cessação ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
- i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
- j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
- k) decretação de falência da CONTRATADA;
- l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
- m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
- n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
- o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.

9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.

9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.

9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

- a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICATU  
CNPJ: 05.296.298/0001-42

Rua Coronel Cortez Maciel, s/n. Centro, Icatu – MA

Fila. Nº 880  
7/3/2021

ICATU  
CIDADE DE TODOS

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrência de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1. e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

- a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;
- b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;
- c) retenção da execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Entidade: Secretaria Municipal de Educação
Atividade: 2.361.0120.2023.0000 – Manutenção da Secretaria de Educação
Natureza: 3.90.39 – Outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica
SubElemento: 70 – Confecção de Uniformes, Bandeiras e Flamulas
Fonte de Recurso: 0.1.01

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado contratado.

*[Handwritten signatures]*



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICATU

CNPJ: 05.296.298/0001-42  
Rua Coronel Cortez Maciel, s/n. Centro, Icatu – MA



**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permitida se for autorizada expressamente pela administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:**

13.1 As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

13.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, estando vinculados a ele o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA.

13.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

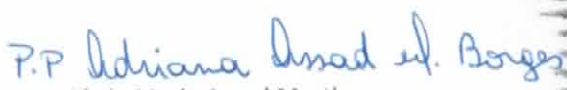
**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:**

Eligem as partes contratantes o Foro de Icatu, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Icatu – MA, 25 de agosto de 2021.

  
Jackson Gonçalves Cantanhêde  
Secretaria Municipal de Educação  
CONTRATANTE

  
Sônia Maria Assad Martins  
SONIA MARIA ASSAD MARTINS – ME  
CONTRATADA

Testemunha 1:

Nome: Celia Regina B. de S. Oliveira  
CPF: 61020694370

Testemunha 2:

Nome: Nilton Manoel de S. Silva  
CPF: 178.679.683-74

# CARTÓRIO 4º OFÍCIO DE NOTAS

INTERINO

Tito Antônio de Souza Soares

**Tab. Substitutos**

Antônio Tito Salem Soares

André Tito Salem Soares

**Escreventes**

Manoel Tavares da Cruz Neto

Lennon Yago Barros Azevedo

Marcela Pelúcio Dominici

Francilza Costa Moreira Perdigão

Rua Riachuelo, nº 103, João Paulo - Fones: 3243-1405/8365/5695

F.º N.º 882  
Proc. N.º 712/2018  
Rubrica

LIVRO: 856

FOLHA: 127

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICATU  
**CONFERE COM ORIGINAL**  
DATA: 20/09/18  
MAT: 127

4º Ofício de Notas

São Luís/MA

## PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ SONIA MARIA ASSAD MARTINS - ME

**SAIBAM** os que este público instrumento de procuração bastante virem, que nos dezoito dias do mês de junho, do ano de dois mil e dezoito(2018), nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, perante mim, Tabelião Interino, comparece como outorgante, **SONIA MARIA ASSAD MARTINS - ME**, estabelecida na Rua Monte Alverne, nº08, Vila Passos nesta cidade de São Luís - MA, inscrita no CNPJ sob o nº41.501.537/0001-12, neste ato, devidamente representada por sua sócia proprietária: **SONIA MARIA ASSAD MARTINS**, brasileira, viuva, empresária; residente e domiciliada nesta cidade de São Luís - MA, na Rua Carlos Gomes nº159, Vila Passos; portadora da Carteira de Identidade nº02 148482003-3SESP-MA, expedida em 27.11.2013 e do C.P.F. nº375.654.603-97, filiação: Nasser Assad e Elisabeth Gomes de Matos Assad, data de nascimento:18.08.1951; identificada, por mim, através dos documentos que me exibiu, de ser a própria, dou fé.E, por ele me foi dito, na palavra de representante legal da empresa outorgante, que por este público instrumento nomeia e constitui seu bastante procurador, **ADRIANA ASSAD MARTINS BORGES**, brasileira, casada, contabilista residente e domiciliado na Rua Carlos Gomes nº159, Vila Passos nesta cidade; portadora da Carteira de Identidade nº0200897120026 GEJUSPC/MA, Carteira Nacional de Habilitação nº00060470510-DETRAN-MA, expedida em 18.07.2016 e do C.P.F. nº736.597.893-72, filiação: Raimundo Nonato Martins e Sonia Maria Assad Martins, data de nascimento: 23.07.1975; a quem confere poderes **para requerer e participar de licitações** públicas, federais, estaduais, municipais, autarquias e entidade de economia mistas e privadas, cartas-convite, pregão eletrônico e quaisquer outras modalidades, tomada de preços, **dar lances, formular e assinar propostas e/ou contratos de fornecimentos**, concorrências, apresentar propostas, emitir notas fiscais, dar e aceitar quitação, recibos, apresentar protestos ou outros; podendo requerer, alegar, recorrer, assinar; juntar documentos e tornar a recebê-los; inclusive também descontar cheques nominal, representar a outorgante junto às repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, ou onde de direito for, **mesmo não expressamente mencionados neste instrumento**; podendo requerer, alegar, recorrer, assinar; juntar documentos e tornar a recebê-los; enfim, tudo o mais que se fizer necessário pra o bom e fiel desempenho deste presente mandato, inclusive substabelecer. Emolumentos previstos na Lei Estadual n.º 9.109/2009 - Exercício de 2018 (Resol-GP 85/2017) - Emolumentos/FERJ: R\$ 84,50 + FERC: 2,50 = Total: R\$ 87,00. A Tabelião Interina reserva-se no direito de não corrigir erros materiais, neste ato, advindos de declaração do outorgante. Assim o disse, do que dou fé; e, me pediu este instrumento, que por mim lhe foi dado e a todos li, assina e aceita Eu, **Dr. TITO ANTONIO DE SOUZA SOARES**, Tabelião

Rua Riachuelo, 103 - João Paulo - São Luís/MA - CEP: 65040-660  
Fones: 3243-1405 / 8365 - e-mail: 4notasslz@gmail.com